

MODERNIZAÇÃO E CONFLITO NA FRONTEIRA OCIDENTAL DO NORDESTE*

José Alexandre F. Diniz**

INTRODUÇÃO

A área em estudo situa-se na porção mais centro-ocidental do Nordeste brasileiro, englobando 75 municípios do sul do Maranhão, sul do Piauí e oeste da Bahia. Abrange uma superfície de mais de 361 mil quilômetros quadrados, indo desde a depressão semi-árida do São Francisco, a leste, onde as precipitações anuais não chegam a 800 milímetros, até as chapadas e chapadões do oeste, com precipitações anuais geralmente acima de 1200 mm, constituindo os Gerais (Fig. 1).

Essa área muito pouco povoada e até recentemente bastante isolada do restante do espaço brasileiro começa pouco a pouco a mudar. De fato, condicionada a uma posição marginal diante das ligações essencialmente litorâneas do país, a área centro-ocidental do Nordeste sofreu o impacto da criação de Brasília e das ligações que passaram a se processar pelo interior, através da rodovia Belém-Brasília. Estradas estão sendo abertas e pavimentadas, formas tradicionais de acumulação são substituídas por outras mais especificamente capitalistas, e o processo de integração desse espaço ao conjunto nacional se torna cada vez mais perceptível.

Este processo, que era bem fraco no passado, sofreu ligeira aceleração na década dos setenta e tudo indica que tende a se reforçar continuamente. A penetração do capital aumenta o esforço de produção, que ainda se encontra

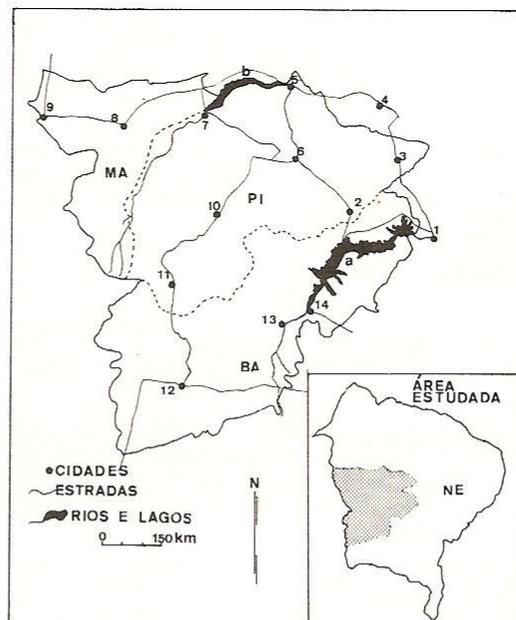


FIG. 1 - A ÁREA CENTRO-OCIDENTAL DO NORDESTE. Cidades: 1) Petrolina; 2) São Raimundo Nonato; 3) Paulistana; 4) Picos; 5) Floriano; 6) Canto do Buriti; 7) Uruçui; 8) Balsas; 9) Carolina; 10) Bom Jesus; 11) Corrente; 12) Barreiras; 13) Barra; 14) Xique-Xique; a) Lago de Sobradinho; b) Lago de Boa Esperança.

* Trabalho realizado em convênio com a SUDENE

** Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe

em níveis bastante baixos, mesmo quando comparados aos de outras áreas do Nordeste.

A área ocupada com as lavouras mais importantes aumenta seguidamente, e o mesmo acontece com os rebanhos. Comparando-se em três períodos distintos (1968, 1975 e 1979) a área cultivada com arroz, milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, algodão, mamona e cebola, bem como o rebanho de bovinos e caprinos, observamos mudanças espaciais no setor produtivo: em 1968, apenas a fazenda leste da área tinha um rebanho acima da média, e as microrregiões dos altos cursos do Piauí e Canindé e dos Chapadões do Alto Rio Grande (Ba) tinham destaque na lavoura. Em 1975 já se produziram alterações significativas: em primeiro lugar, a citada microrregião piauiense, que abarca importante área algodoeira e produtora de alimentos e mamona, destaca-se mais ainda no conjunto da região; em segundo, no setor da pecuária, a microrregião dos Chapadões do Alto Rio Grande, em decorrência da expansão dos rebanhos em Barreiras, Cotegipe e municípios próximos, passa a uma classe de mais de 269.000 cabeças; em terceiro, a microrregião dos Chapadões do Sul Maranhense (Carolina-Balsas-Tasso Fragoso) passa a se destacar na pecuária. Em 1979 mudanças mais profundas ocorrem, com a progressiva transformação da zona de Balsas, que passou de 16.720 ha de lavoura para 62.707 ha. Além disso, as lavouras ganham novos espaços também na parte leste, e o mesmo ocorre com o rebanho que, na microrregião dos Chapadões do Alto Rio Grande, chega a quase 500 mil cabeças.

Essas mudanças se fizeram sentir também em diferentes aspectos da organização social e econômica da área, como na quantidade de agências bancárias. Considerando-se apenas o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, em 1968 havia 11 agências instaladas na área que passaram a 25 em 1981. De uma distribuição quase homogênea em fins dos anos sessenta, tendem a uma distribuição já com indícios de concentração: enquanto as duas microrregiões da Bahia tinham 27,3% e o Sul do Piauí (a partir de Floriano) 45,5% das agências em 1968, em 1981 as percentagens são, respectivamente, 36,0% e 32,0%. A análise espacial do crescimento econômico mostra que o mesmo está se fazendo da periferia para o centro da área, o que deixa o centro-sul do Piauí em condições de inferioridade diante das microrregiões vizinhas. É como se aí ainda se reproduzisse as condições de marginalidade antes dominantes em toda a área, pois, apesar da rodovia Transpiauí, as transformações são induzidas mais a partir

da Bahia e de Brasília, via Imperatriz. Aliás, nesse processo de mudança, a penetração de correntes migratórias vindas do Sul e Sudeste do Brasil, e mesmo de outras áreas do próprio Nordeste, tem um papel destacado. O maior desenvolvimento da zona de Barreiras-São Desidério - Cotegipe e Angical, por exemplo, está ligado à penetração de nordestinos sobretudo a partir da década de sessenta, reforçada por correntes de paranaenses e gaúchos em épocas recentes; o crescimento de Balsas também se fez graças à imigração de sulistas, que vieram implantar aí formas mais capitalistas de exploração da terra. Assim, é muito nítida a associação entre a abertura das estradas, a consequente valorização da terra, a expansão agrícola e a compra de terras inclusive com finalidades especulativas, como tem sido feita por bancos, grandes empresas e capitalistas.

Neste ponto pode-se levantar um primeiro problema, que permite compreender a área estudada num contexto mais amplo. A ampliação da produção de alimentos na área, sobretudo de arroz nas zonas de Gerais situadas a oeste, e a penetração de agricultores sulistas em busca de novas terras, reduzindo as pressões fundiárias no Sul, dá a parte oeste da área ocidental do Nordeste uma função atribuída ao Centro-Oeste na atual divisão territorial do trabalho.

As estradas têm um papel fundamental na integração e, consequentemente, nas mudanças que ocorrem, pois a área é cortada ou atingida por importantes eixos rodoviários: o primeiro é constituído pela junção das rodovias BR-235 e PI-140, e permite a ligação entre Petrolina e Floriano, passando pela margem esquerda do lago de Sobradinho (Casa Nova e Remanso), São Raimundo Nonato, Canto do Buriti e Itaueira; o segundo eixo importante, e que se interliga ao já mencionado em Canto do Buriti, é a chamada rodovia Transpiauí (PI-257), responsável pela integração do sul do Estado e pelo dinamismo recente da zona de Corrente. Essa rodovia tem permitido, também, a aceleração dos contatos com Barreiras e a penetração da influência de Brasília na área; o terceiro eixo, composto por várias rodovias que se reúnem na Transamazônia, parte de Petrolina até Paulistana, sai da área estudada para alcançar Picos e Oeiras e depois chega a Floriano, de onde vai a Balsas e Carolina; o quarto eixo de des

taque é a rodovia BR-242 (Salvador-Brasília) responsável pelo dinamismo da zona de Barreiras; o quinto e último eixo rodoviário, que apenas alcança a área sem atravessá-la, é a rodovia BA-052, que liga Feira de Santana a Xique-Xique, passando por Morro do Chapéu e Irecê. Essas estradas, todavia, vieram substituir uma circulação que se fazia predominantemente no sentido sudoeste-nordeste, pelos grandes rios que cortam a área (São Francisco, Parnaíba, Balsas e Tocantins), e a semelhança do que ocorreu no passado, também não promovem uma integração do espaço. Na fase da circulação hidroviária, essa área era formada por um conjunto de vales isolados e pouco integrados (em decorrência do escasso povoamento e da fragilidade da estrutura produtiva) e hoje as rodovias captam porções do território integrando-as aos espaços vizinhos externos.

A OCUPAÇÃO TRADICIONAL

Ligada tradicionalmente à atividade de pecuarista que lhe dá suporte econômico e explica seu povoamento, a Área Centro-Occidental de Baixa Ocupação do Solo caracteriza-se pelo predomínio de uma cobertura vegetal de savanas (caatingas e cerrados) que lhe permite voltar-se a essa atividade econômica num caráter de elevada extensividade, sem exigir sequer formação de pastos. Assim, a agricultura assume, em toda a área, uma quase exclusividade. A indústria resume-se em poucas olarias e cerâmicas ou em outros estabelecimentos quase artesanais. O extrativismo mineral praticamente inexistente, salvo no caso de argilas, e o extrativismo vegetal e a pesca colocam-se como atividades subsidiárias da agricultura, que corresponde à maior parte do produto municipal.

A ocupação da maior parte do espaço se dá, portanto, através de sistemas primários, assim chamados porque se encontram nas raízes de todas as transformações da área, são tradicionais e de origem bastante antiga. São também ecológicos, no sentido de que estão adaptados às condições ambientais (não degradando demasiadamente o solo sem lhe permitir uma satisfatória recuperação natural), articulados com a flora e a fauna regionais (e daí a grande associação com o extrativismo vegetal e a pesca) e adaptados às condições demográficas, exigindo pouca utilização de mão-de-obra. Todos eles evidenciam o isolamento da área e a pouca aplicação de capital e de trabalho, embora já apresentem sinais das mudanças que virão com a chegada de uma agricultura moderna. Em algumas áreas, estão sendo substitu-

ídos por sistemas derivados que surgem por pressões exógenas. De fato, a tradição é, nos sistemas primários, elemento dominante, e se aí aparecem forças endógenas de transformação, estão encobertas e sujeitas aos elementos mais visíveis, induzidos de fora. Os sistemas primários são quatro: a) sistema de pecuária solta; b) sistema de roça; c) sistema de ocupação tradicional de várzeas e brejos; d) sistema semi-extensivo tradicional de encostas e vales (Fig. 2).

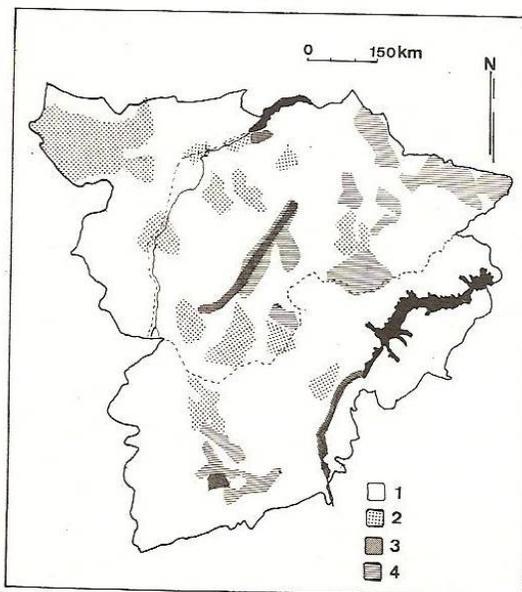


FIG. 2 - SISTEMAS PRIMÁRIOS. 1) Pecuária Solta; 2) Roça; 3) Ocupação Tradicional de Várzeas e Brejos; 4) Semi-Extensivo Tradicional de Encostas e Vales.

O sistema de pecuária solta ocorre em caatingas e, sobretudo, em cerrados. Apresenta-se como a maneira mais tradicional de ocupar os Gerais, com rebanhos pouco densos e adequados à capacidade de lotação da cobertura vegetal. Em Angical, por exemplo, propriedades de 500 a 700 hectares possuem apenas 100 a 150 bovinos, em média. O rebanho é de bovinos e, secundariamente, de caprinos, já havendo pesquisas com estes animais de pequeno porte, inclusive patrocinadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O sistema sobrevive ligado a relações indiretas de trabalho (parceria) e a uma indefinição fundiária evidenciada na ausência de cercas e na presença de pastos comuns. Embora existam agricultores ligados exclusivamente a esse sistema, na maior parte dos casos ele se associa a sistemas de lavoura, como resultante do destaque que

a agricultura mista tem na área. Nos municípios de Canto do Buriti e Gilbuês, por exemplo, os pequenos proprietários são basicamente lavradores, mas sempre possuem algum gado, criado solto, enquanto o grande proprietário, essencialmente criador, também possui alguma lavoura. Em Canto do Buriti, apenas três são exclusivamente pecuaristas, usando pastos plantados e recorrendo, em parte do ano, às "soltas" dos Gerais. A nível das propriedades, por tanto, a pecuária solta convive com outros sistemas, sobretudo o de roça (a exemplo de propriedades pecuaristas do sul do Maranhão que possuem agregados roceiros) ou de vales e encostas, inclusive comportando a utilização de pastagens plantadas em parte do ano (como na zona de cultivos industriais de Paulistana - São Raimundo Nonato ou na do Oeste baiano).

O deslocamento sazonal do rebanho é parte fundamental deste sistema. O gado permanece nas chapadas ou Gerais durante o "verão", descendo antes que o "inverno" chegue e apareça o "toque". Como o solo das chapadas é arenoso, as chuvas misturam areia às gramíneas que, ingeridas pelo gado, produzem essa doença mortal.

Nas áreas de pecuária solta, so breve a figura do vaqueiro tradicional, pago ainda no sistema de quartação, coberto de couro e percorrendo incansavelmente caatingas e cerrados na tarefa de reunir o rebanho.

O sistema de roça caracteriza-se por uma utilização esparsa do solo, onde os pequeníssimos campos cercados são clareiras que se perdem na vastidão das caatingas e cerrados. Na zona de Floriano, por exemplo, plantam-se apenas 3 a 4 hectares em propriedades de 50 ha, e em Balsas as roças, em média, não ocupam mais de 1% da área das propriedades muitas vezes com pecuária solta. Mas a maior parte desse sistema se faz por trabalho de posseiros em terras de volutas, ou de agregados ou rendeiros em áreas apropriadas. A lavoura é feita numa rotação de terras de ciclo muito longo, em que o pousio pode chegar até a 20 anos ou mais. Deve-se destacar, no entanto, que em certas áreas, como em Floriano e sua periferia, há indícios de pressões para redução do pousio, já trazendo conseqüências na produtividade. O sistema, equilibrado em termos de extração de nutrientes do solo e de recuperação natural, começa a se desequilibrar pelas dificuldades de obtenção de áreas para plantio. Em Barra, por exemplo, esse sistema comportava um "direito da capoeira", que permitia a determinado agricultor; hoje, todos avançam nas capoeiras disponíveis, sob alegação de "falta de ter

ras". O extrativismo vegetal está muito ligado a esse sistema, pois o roceiro é, ao mesmo tempo, um coletor e, às vezes, um produtor de carvão vegetal.

O sistema de ocupação tradicional de várzeas e brejos assenta-se na combinação da lavoura e da pesca. Domina nas margens ou ilhas dos grandes rios ou nos brejos existentes na área. O brejo é geralmente periférico a uma ligeira depressão ou, às vezes, a uma lagoa, onde o lençol freático se aproxima mais da superfície, dando as condições básicas para esse sistema: presença de água e maior umidade. Nos três grandes rios da área em estudo, Parnaíba, Gurguéia e São Francisco, o sistema aparece, mostrando, entretanto, algumas diferenças. Nas margens dos dois primeiros rios, a lavoura é feita em sistema contínuo, aproveitando as terras mais úmidas sempre com o cultivo de feijão e arroz. No Parnaíba, logo a jusante de Boa Esperança, ainda se observam cultivos de tomate, abóbora, feijão, melancia e outros produtos hortícolas, comprados pelos barcos e trocados por querosene, sal e sabão. No São Francisco, há maior interação entre o nível das águas e a lavoura, pois esta é feita acompanhando a vazante: primeiro, planta-se o feijão de corda, em seguida, a batatinha e, finalmente, o milho (também com cultivo promíscuo de abóbora e melancia). Nas ilhas, o mesmo ocorre, havendo também o plantio de mandioca, arrancada com seis meses por causa das cheias.

Nos brejos, planta-se cana-de-açúcar. Esse sistema pode se associar aos de vales e encostas, pois um agricultor de várzea, às vezes, dispõe também de terras altas. Isso é frequente no Gurguéia e no Parnaíba, enquanto no São Francisco o "lameiro" é muito mais preso à várzea e possui uma forte tendência para manter o sistema, talvez devida à associação com a pesca, aí bem mais importante. Este sistema já teve mais destaque no passado antes da construção das represas e do surgimento de uma valorização da terra que gera disputa até na posse das ilhas formadas no meio do São Francisco. Anteriormente, quando a ilha encostava na grande propriedade, o fazendeiro permitia seu cultivo, geralmente em parceria de feijão e milho, ficando a melancia e a abóbora integralmente para o meeiro; hoje já se começa a permitir apenas um ano de lavoura, obrigando-se logo o parceiro a se mudar a pastagem. As alterações no nível do rio e a presença de Sobradinho têm modificado o sistema, não só por que a pesca se transformou (assumindo caráter quase exclusivo) como também porque muitas áreas, dantes voltadas

à lavoura, foram inundadas.

O sistema semi-extensivo tradicional de encostas e vales também se centraliza numa rotação de terras. Toda via, aparecem cultivos comerciais mais destacados, como o algodão e o milho em certas áreas, e o pousio tem duração bem menor do que no sistema roçeiro. Na realidade, o que distingue os dois sistemas é a densidade da ocupação agrícola e o nível de intensidade da ocupação. No sistema de encostas e vales, a produtividade é mais alta, a associação entre lavoura e pecuária mais evidente, sobretudo com criação de bovinos e caprinos, na qual se processa o deslocamento dos rebanhos do alto das chapadas de cerrado para as palhadas e pastos de fundo de vale. A percentagem de utilização da área dos estabelecimentos com lavoura é muito variada, mas geralmente vai de 10%, como na zona de Paulistana (onde as propriedades são menores e é preciso segundo o agricultor, "regrar a terra") a 20%, nas áreas de São Raimundo Nonato e Riachão das Neves. Esse sistema também está ligado à presença de umidade, pois as lavouras se distribuem das encostas mais secas para o fundo do vale, requeitando-se a necessidade de água dos diversos cultivos. Na zona de Riachão este sistema aparece nos brejos, ou sentadas, boqueirões ou veredas abertas nas encostas dos Gerais. Embora não se empregue fertilização artificial, há áreas onde há mecanização. É normal a obtenção de financiamentos bancários, mostrando que o sistema começa a ser modernizado, sobretudo pela atuação de Projetos governamentais tipo Polonordeste e Vale do Fidalgo, prevendo-se a geração de um outro sistema derivado — semi-intensivo mecanizado de lavouras comerciais. E diversos elementos do sistema começam a mudar: no passado havia um maior destaque da cana-de-açúcar para produção de aguardente e rapadura (na periferia de Barreiras havia um grande número de alambiques), mas a circulação moderna fez desaparecer essa atividade. Em algumas áreas, a solta tradicional, tão ligada à lavoura embutida nesse sistema, começa a ser substituída por pastos alugados nos Gerais, como em Baianópolis. Mas o gado continua a descer para as partes mais baixas, já para se aproveitar quase exclusivamente das palhadas.

A EXPANSÃO DO CAPITAL E OS AGENTES DE MODERNIZAÇÃO

São variados os estímulos de transformação que penetram na área. Todavia, o ponto comum em quase todos eles é a ação direta do Estado, quer através da construção de estradas que valorizam as

terras e viabilizam a produção agrícola pela abertura de novos mercados, quer através de financiamentos a projetos de grandes agricultores, empresas ou mesmo de médios produtores. Grandes projetos governamentais também afetam os sistemas tradicionais, como o Polonordeste, sobretudo na área de infraestrutura, ou mesmo os de colonização do INCRA, DNOCS ou do Projeto Piauí.

Não resta dúvida que o sistema financeiro tem um papel fundamental na área. Mesmo os projetos financiados pelo FINOR têm, em certas áreas, destacada função transformadora, como ocorre em Barra. Mas os pequenos projetos financiados pelo Banco do Brasil, Banco do Nordeste e bancos estaduais nos parecem o elemento mais importante na transformação da agricultura regional. As agências bancárias e postos de serviços multiplicam-se na área, e os financiamentos para custeio e investimento assumem quantias consideráveis, mesmo nas áreas de agricultura pouco dinâmica. Isso não significa dizer que os financiamentos são suficientes ou maiores do que os existentes em outras áreas, mas apenas serve para destacar o papel do sistema financeiro numa área em transformação.

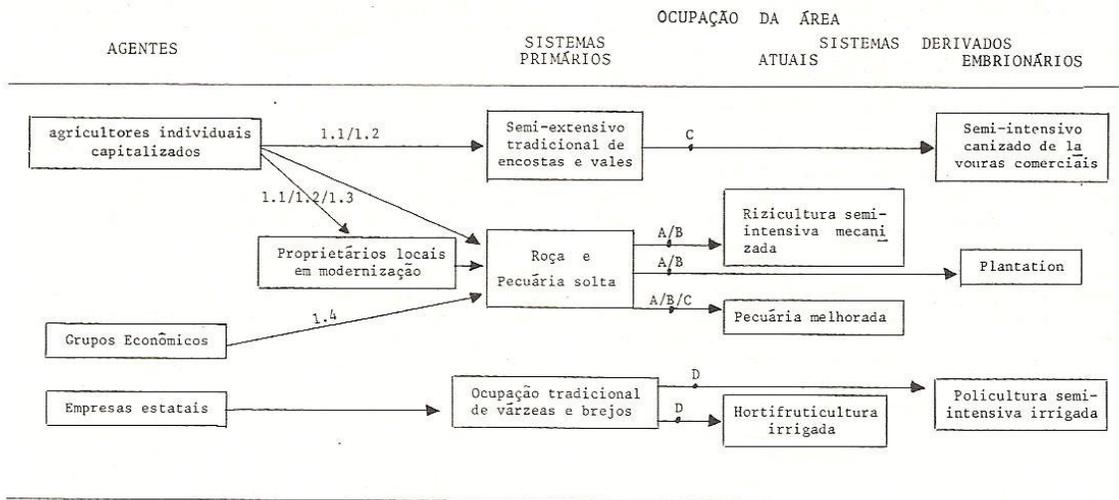
As forças da "modernização" penetram na área através de três agentes básicos, gerando, de forma muito localizada, sistemas derivados de ocupação de espaço: primeiro, os agricultores individuais capitalizados; segundo, os grupos econômicos; terceiro, as empresas estatais (Fig. 3).

Os agricultores individuais capitalizados tanto podem ser nordestinos como provenientes de outras áreas do país, e estes, inegavelmente, são os que marcam mais esse tipo de penetração, caracterizando as duas áreas de maior dinamismo agrícola: Balsas e Barreiras — São Desidério. Em Balsas, são cerca de 250 famílias e em Barreiras — São Desidério aproximadamente 700. Aí, com uma média de 1.000 hectares por proprietário (embora existam algumas com mais de 2.000 ha), os "paranaenses", como são localmente conhecidos os migrantes, já ocupam aproximadamente 1,5 milhões de hectares, e a penetração tende a se acelerar. Com a penetração desses imigrantes capitalizados foi gerado o sistema derivado de rizicultura semi-intensiva mecanizada.

Na zona de Balsas, esse sistema está em expansão, menos acelerada, já atingindo os municípios próximos e entrando no Piauí através de Santa Filomena. No sul do Maranhão, a rizicultura

FIGURA 3

TRANSFORMAÇÃO DOS SISTEMAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO



1. Origem dos Financiamentos

- 1.1 - B. Brasil
- 1.2 - B. Nordeste
- 1.3 - Bancos Estaduais
- 1.4 - Finos

2 - Bases dos Conflitos

- A - Cercamento
- B - Grilagem
- C - Redução da exploração indireta (valorização da terra)
- D - Desapropriação

tura implantou-se sobre um sistema de pecuária em processo de melhoria, que ainda sobrevive em algumas áreas. Na primeira metade deste século, as grandes fazendas faziam criação de gado peduro, possuindo grande número de rebanhos, agregados, plantadores de arroz nos "vãos de serra" (beira-rio) que também criavam porcos em meação e possuíam plantio de mandioca para subsistência. Por volta de 1955, esse sistema começou a mudar, pois o proprietário passou a proibir o plantio da mandioca, que exigia maior permanência do arrendatário na terra e a exigir a semeadura da pastagem junto com a do arroz. Assim, quando a rizicultura mecanizada chegou à área, já encontrou um sistema de criação em melhoria, inclusive com elevado poder de expulsão da população rural. Mas os "gaúchos" não eram pecuaristas, não tinham qualquer tradição nessa atividade e, ao comprarem as terras, promoveram o enfraquecimento desse sistema embrionário.

É interessante observar que muitos proprietários locais continuaram em suas terras, num processo de intensificação da pecuária (em Riachão e em Balsas, onde há até pastagens irrigadas), enquanto outros assimilaram as inovações e se transformaram em rizicultores (chegando a ser, em Santa Filomena, os maiores produtores) embora esse processo tenha gerado conflitos e reações que persistem até hoje. Aliás, tanto no

oeste baiano como no Maranhão, sobretudo neste último local talvez em decorrência de um estabelecimento homogêneo mais antigo, os sulistas são vistos como estranhos, diferentes, exóticos. O simples fato de a mulher trabalhar na direção de um trator causa espanto! A agressividade e a desenvoltura dos imigrantes não parecem bem compreendidas pela população local.

A penetração de agricultores nisseis, provenientes de São Paulo e ligados à Cooperativa Cotia, nas proximidades de Casa Nova (às margens do Lago de Sobradinho) permitiu aí o desenvolvimento de uma hortifruticultura intensiva irrigada, que também vai ocorrer em São Desidério, embora este já ligada a atuação da CODEVASF.

Nordestinos também chegam a constituir grupos de penetração em certas áreas; em Xique-Xique e Barra há grandes compras de terra por agricultores de Irecê, e a Anísio de Abreu, Caracol, Monte Alegre do Piauí e Barreiras - São Desidério chegam cearenses. Além desses grupos homogêneos, agricultores nordestinos capitalizados penetram em certas áreas, constituindo uma malha de explorações mais dinâmicas e diversificadas, geralmente pecuaristas, como em Riachão das Neves (sobretudo cearenses, pernambucanos e paraibanos), Cotegipe e mesmo em Bar

ra (Javi). O sistema derivado de maior expressão que é criado por esses agentes é a pecuária melhorada, que se apresenta em níveis muito diferentes de desenvolvimento de uma área para outra. Os pastos são plantados, promove-se a seleção do rebanho, usam-se inseminação artificial e as mais variadas técnicas. Em muitos municípios, esse sistema foi introduzido pelos projetos de maior envergadura, como ocorreu em Barra (sobretudo na área do Javi, mais próxima de Ibotirama), mas de qualquer modo não existe sem grandes financiamentos bancários. O caráter de baixa intensidade do sistema é dado pelas baixas lotações das pastagens, embora em certos pontos localizados, como em áreas dos municípios de Cotegipe, Corrente ou Parnaguá, se possa encontrar uma pecuária realmente semi-intensiva. Nos municípios de Corrente e Parnaguá, por exemplo, as mudanças começaram em 1957, graças ao retorno de um elemento inovador após conclusão de curso de veterinária. O trabalho iniciou-se com investimentos em maternidade, melhoria da nutrição e combate a predadores, substancialmente reforçado com a instalação da agência do Banco do Brasil, em 1965. Hoje Corrente possui um rebanho de boa qualidade e fazendas da pecuária moderna, embora também se encontrem propriedades onde ainda existe pecuária solta.

Os grupos econômicos são o segundo agente de penetração do capital. Diferenciam-se dos agricultores individuais pelo suporte governamental de que dispõem, bem como pela violência de sua penetração. São, sobretudo, grupos nordestinos, mormente pernambucanos, amparados pelos incentivos da SUDENE, e que tendem a ocupar e cercar grandes áreas. Aparecem também grupos extra-regionais, ligados ao sistema financeiro, como em Canto do Buriti, ou, às vezes, acompanhando a migração individual, como em São Desidério, aonde começam a chegar grupos empresariais do Paraná.

É preciso, no entanto, muita cautela ao analisar a penetração desses grupos, pois há muita especulação embutida nos projetos de ocupação agrícola. Dos grandes "Projetos" financiados pela SUDENE, que deveriam cobrir 689 mil hectares (em 1979), pouco existe, e apenas alguns se arrastam com poucas cabeças de gado, outros "incendiariam-se", e em alguns existem apenas as estacas e as placas, pois até o arame farpado foi retirado. Somente em casos isolados, sobretudo localizados na Bahia, os projetos parecem estar sendo executados com alguma seriedade. Aliás, a opinião geral de técnicos, agricultores, políticos e administradores da área é o completo fracasso da política de incentivos fiscais aplicados à agricultura. Os projetos que realmente fun-

cionam são aqueles ligados a financiamentos bancários, obtidos por seus proprietários junto às agências locais, sobretudo do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, ligados, portanto a agentes individuais de modernização. Da atuação dos grupos econômicos geralmente decorre o sistema de pecuária melhorada.

O terceiro agente de modernização é o Estado, através de algumas Empresas com atuação na área: a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, em Sobradinho e Boa Esperança, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca em seus projetos de irrigação ou de colonização como o de Cristino Castro (onde os agricultores convivem com elevado nível tecnológico e obtêm alta produtividade), a CODEVASF, no projeto do vale do São Desidério, ou mesmo a Universidade Federal do Piauí, que encampou o interessante projeto de desenvolvimento participativo do Projeto Piauí e instalou uma fazenda em moldes comunitários em Cristino Castro. Às margens de Sobradinho e no vale do São Desidério desenvolve-se a hortifruticultura irrigada, enquanto no vale do Gurgueia gera-se um embrião de novo sistema policultor, semi-intensivo, irrigado.

Do choque entre as forças do capital e os sistemas primários certamente outros sistemas serão criados. Os próprios sistemas derivados não se mantêm nas condições atuais, pois são muito sensíveis à modernização e à oscilação do mercado. Os gaúchos de Balsas, por exemplo, conscientes dos problemas da monocultura e impossibilitados de desenvolverem cultivo de soja, começam a se inclinar para a criação de gado e alguns "paranaenses", em Barreiras já falam em adquirir algum rebanho. É possível que essa tendência pecuarista já existisse desde o início dos fluxos migratórios, ao menos para alguns agricultores, apenas disfarçada pela rizicultura necessária à abertura do cerrado. Caso se confirme essa tendência pecuarizante, poderá instalar-se aí, então, uma pecuária ou uma agricultura mista em moldes bem diferentes.

É preciso mencionar, também, a instalação de grandes destilarias de álcool na área, renunciando o desenvolvimento de um sistema tipo "plantation", centrado no plantio de mandioca ou de cana. No oeste baiano, na direção de Brasília, já começou a operar uma grande unidade, e nas margens do São Francisco esse sistema poderá desenvolver-se bastante, quer em Casa Nova, quer em Barra, onde o grupo INOJOSA, associado à Petrobrás e a outros grupos brasileiros e franceses, instala moderna destilaria com capacidade para 1 milhão de litros de álcool por dia. Aliás, a ocorrência desse fato significará apenas a

expansão do agroindústria alcooleira que já está implantada a jusante de So bradinho e será mais um indício da integração da área centro-ocidental do Nordeste ao espaço brasileiro.

MODERNIZAÇÃO E CONFLITO

Ligados à modernização e decorrentes da geração dos sistemas derivados aparecem processos como o de pecuarização, concentração da terra e transformação nas relações de trabalho. Todas as mudanças são importantes como reflexo dos mencionados processos, embora algumas mereçam maior destaque pelas repercussões que provocam, dentre as quais o cercamento das unidades produtoras, que parece estar muito ligado à origem das transformações e é um dos seus elementos mais visíveis.

Por tradição, a área sempre foi de pecuária solta e, conseqüentemente, apenas os pequenos campos cultivados eram cercados, de modo geral com madeira e cipós trançados. Na zona de Balsas, por exemplo, o cercamento das pastagens começou por volta de 1978, quando os gaúchos intensificaram a produção e passaram a adotar uma política mais violenta quanto à penetração de animais em suas terras. Em Floriano, o cercamento iniciou-se há cerca de cinco anos e em Barreiras - São Desidério está começando agora, (1980) aí também se observam do os mesmos conflitos entre criadores tradicionais e os "paranaenses", os novos donos da terra. A penetração de grandes "projetos" com cobertura financeira do FINOR, a valorização das terras e a ação de grileiros têm aumentando o cercamento, tornando escassas as pastagens para numerosos pequenos criadores acostumados à pecuária solta.

Os três agentes de modernização produzem choques profundos em toda a área em que penetram. Conflitos diretos são gerados quando "gaúchos", "paranaenses" e empresas cercam áreas imensas dos Gerais e criam atritos com posseiros e agregados; conflitos indiretos explodem quando o grande proprietário tradicional, que nunca deu valor à terra, começa a se preocupar com roceiros que existem em seus domínios. É muito sintomático, por exemplo que hoje, quando empresas adquirem terras em Barra e desenvolvem projetos, os grandes proprietários locais apontem como principais problemas: "secas, enchentes e posseiros". Tudo isso serve para esclarecer que os conflitos pela terra se ampliam além dos gerados pelos contatos com os "agentes de modernização": existem também os grandes proprietários locais - alguns em processo de modernização decorrente dos contatos com os invasores - e com grileiros, que podem

ser inclusive urbanitas com apoio político e suporte na máquina administrativa municipal (Fig. 4).

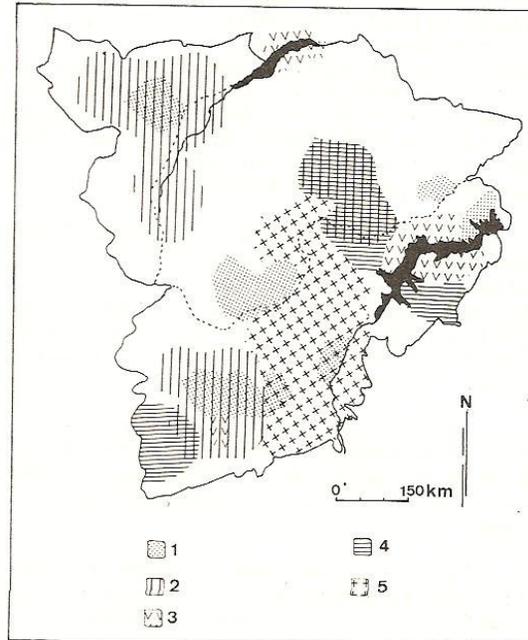


FIG. 4 - CONFLITOS (Esboço). 1) Disfarçados por Especulação; 2) Grileiros x Posseiros; 3) Proprietários e Posseiros x Empresas Estatais; 4) Proprietários e Posseiros x Grupos Econômicos; 5) Por Redução do "Direito" de Uso da Terra.

Mas os conflitos não são apenas aqueles criados com violência física, mortes, incêndios e destruições; o conceito precisa ser ampliado para englobar as desapropriações injustas, a compra de pequenas propriedades e de benfeitorias por preços ínfimos, que desestruturam o camponês e sujeitam-no ao assalariamento, à miséria, à fome ao subemprego.

Por parte de "agricultores modernos", são evidentes os casos de Balsas e periferia e de Barreiras - São Desidério, fazendo com que as cidades inchem e já comecem a apresentar problemas sociais. É interessante notar que hoje não há mais falta de trabalhadores braçais na cidade de Balsas, pois a Prefeitura conta com um "exército" de subempregados vivendo na periferia urbana, oriundos de mais de 400 famílias desalojadas dos 250.000 hectares ocupados pelos "gaúchos". Um outro exemplo é a compra de terras em Casa Nova, onde agricultores ligados à Cooperativa de Cotia e, vindos de São Paulo, desalojaram pequenos proprietários que receberam terras à margem da represa de So bradinho. Hoje todos eles são assalariados, empregados dos nisseis em suas antigas propriedades.

Exemplos de atritos com grupos podem ser vistos no mesmo município de Casa Nova, onde a Empresa AgroIndustrial Caragibe tentou desalojar, na zona do Riacho Grande, 53 famílias de posseiros residentes em parte da área destinada à implantação de uma destilariade álcool de mandioca. Os posseiros reagiram e lá estão até hoje. Em Canto do Buriti, um projeto de 150.000 ha, também para plantio de mandioca, está enfrentando problema semelhante.

Grileiros têm agido indiscriminadamente em toda a área estudada, aproveitando-se do vazio demográfico dos Gerais e da valorização das terras. É notável a sua atuação em Santa Filomena (Piauí), Alto Parnaíba, Tasso Fragoso, Balsas, Barreiras e São Desidério.

Ocorrem também problemas entre posseiros, agregados e agricultores tradicionais em Canto do Buriti, Casa Nova (na área de Cerrado), Gilbuês, Avelino Lopes, Barra e Balsas.

Os problemas com Empresas Estaduais têm se desenvolvido nas áreas de colonização e irrigação do DNOCS e da CODEVASF, como às margens dos lagos formados com o represamento do São Francisco e do Parnaíba. São problemas complexos, que implicam questões de indenizações (ainda em discussão na Justiça), a falta de preocupação social dos projetos, a lentidão das decisões governamentais, a duplicidade de objetivos das barragens (como se gerar hidreletricidade fosse semelhante a irrigar) e a transferência dos custos sociais desses empreendimentos para a população mais pobre. É difícil entender o objetivo de um projeto de irrigação como o de São Desidério, que destruiu uma estrutura produtiva já estabelecida, baseada exatamente num sistema particular de irrigação!

A consequência de todos esses conflitos só pode ser a marginalização de grande parte da população rural, que não é mais grave por causa da rarefação demográfica. Todavia, é chocante saber por exemplo que cerca de 90% dos pequenos proprietários que receberam terras às margens de Sobradinho já as passaram adiante, ou que se formam povoados apenas com relocados que retornaram do Projeto Serra do Ramalho, em Bom Jesus da Lapa, exatamente estabelecido para abrigar agricultores expulsos pelo enchimento do lago. Em toda essa situação, é de destacar a posição da Igreja Católica na proteção e apoio aos posseiros, pequenos proprietários e trabalhadores sem terra, chegando, no sul do Maranhão, a organizar as chamadas "roças comunitárias" em terras da Igreja.

ABSTRACT

The studied area is located in the very central portion of the Brazilian Northeast. It is constituted by 75 municipalities which belong to the states of Bahia, Maranhão and Piauí, and it comprises an area of more than 361 thousand square kilometers.

This area, which is thinly and, until quite recently, used to be isolated from the rest of the Brazilian space, begins to change little by little. New roads are being constructed, the capital penetration increases and the traditional land occupation systems are transformed.

This frontier area is traditionally linked to the cattle raising activity, related to its natural vegetation cover of savanna. Some primary systems there occur: a) loose cattle breeding; b) shifting cultivation-"roça"; c) traditional occupation of holms and swamps; d) traditional semi-extensive system of hillsides and valleys.

Through the action of modernization agents, i.e., a) individual farms (many of them from Rio Grande do Sul and Paraná States) b) enterprises and c) governmental agencies, some elements of the primary systems start to change and derived systems are generated. In fact, they are modern ones, since they result from the big process of modernization of the Brazilian agriculture.

But these changes provoke large social conflicts, because the squatters, the small peasant families and small farmer are removed from land. The paper studies these conflicts in a spatial perspective, as can be seen on figure 4.